

GUERRA NO CÁUCASO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

Azerbaijão e Armênia estão em guerra. O conflito de alta intensidade explodiu há seis dias, mas na verdade trata-se da continuidade de uma disputa que tem suas origens na independência dos países da antiga União Soviética, no final dos anos 1980.

Para entender as causas da guerra, suas repercussões regionais e possíveis desdobramentos, é fundamental entender o contexto político, histórico e geográfico das duas partes em conflito.

O Cáucaso é a área geográfica que divide a Europa oriental da Ásia. Trata-se de uma faixa de terra espremida entre o Mar Negro, à Oeste e o Mar Cáspio, a Leste. Seu nome é emprestado da grande cordilheira que atravessa toda a região, de leste para oeste, separando a Rússia, ao Norte, da Georgia e do Azerbaijão, ao Sul.



Cáucaso.

Fonte

<http://www.asia-turismo.com/mapas/caucaso-mapa.htm>

Na região, existem três países independentes: Geórgia, Armênia e Azerbaijão. Os dois primeiros são considerados, normalmente, europeus, enquanto o último normalmente é vinculado ao continente asiático. Além dos três países, as partes vizinhas mais próximas de Rússia, Turquia e Irã também podem ser consideradas como parte do Cáucaso.

Armênia, Azerbaijão e Geórgia eram repúblicas da antiga União Soviética (URSS). A independência desses países ocorreu no final da década de 1980, durante o processo de esfacelamento soviético. Após a independência, o impasse sobre a região de Nagorno-Karabakh explodiu. O enclave tem sua população majoritariamente armênia mas localiza-se em território reconhecido internacionalmente como sendo azerbaijano. Esta é

uma situação herdada do tempo em que toda aquela área era URSS, quando o governo central entregou o enclave ao Azerbaijão.

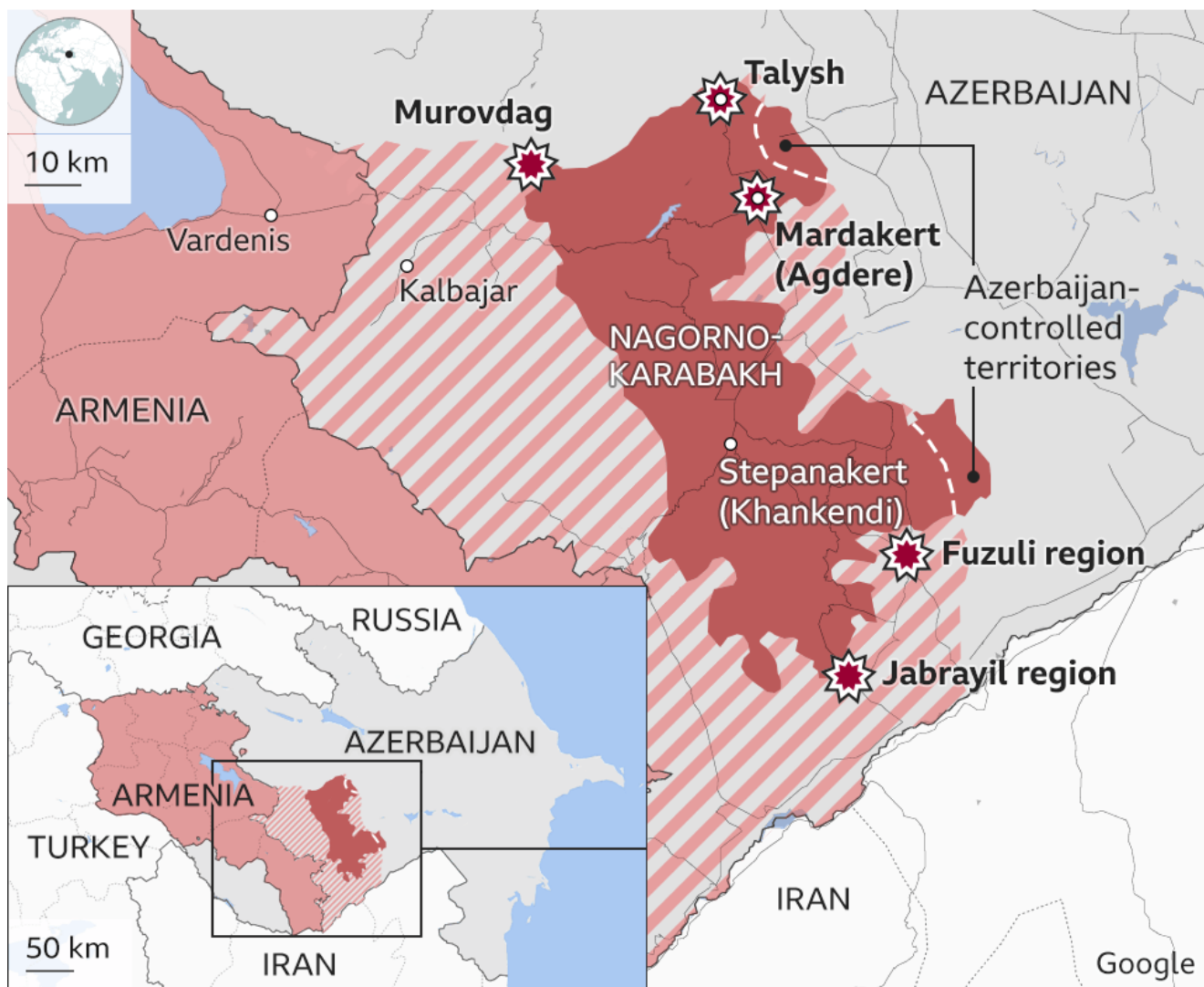


O descontentamento da maior parte dos moradores da região, que não se consideram azerbaijanos, levou ao conflito, travado entre 1988 e 1994 e que foi interrompido com um saldo de 30 mil mortes, por meio de um acordo de cessar-fogo que não resolveu politicamente a questão. Desde então diversas escaramuças fronteiriças vêm ocorrendo, com o Azerbaijão tentando retomar o controle sobre o autodeclarado (mas que não reconhecido por nenhum país, nem mesmo a Armênia) Estado de Nagorno-Karabakh.

Conflict in Nagorno-Karabakh

✳️ Approximate areas of battles, 27- 28 September 2020

▨ Armenian-controlled territories surrounding Nagorno-Karabakh



BBC

Conflito em Nagorno Karabakh. Fonte – BBC

Dessa forma, há cerca de uma semana, o conflito ressurgiu, desta vez com alta intensidade. As imagens divulgadas por todas as mídias mostram colunas de blindados, artilharia, aviação, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP), enfim, o pleno emprego dos meios militares à disposição das partes em conflito. Como em qualquer guerra, como já disse Clausewitz, “as notícias que nos chegam da guerra são quase sempre contraditórias, na maior parte, também falsas. As mais

numerosas são em grande quantidade sofrivelmente suspeitas.” Assim, no calor do momento e entre as campanhas de desinformação e de operações psicológicas de ambos os lados, o mundo vai tomando conhecimento das operações militares no terreno. Entretanto, pelo que se pode vislumbrar através da bruma da guerra, e em uma avaliação bastante preliminar, o emprego dos SARP e o apoio decisivo dos turcos aos azerbaijanos talvez desequilibre o poder de combate em favor dos últimos.

As potências regionais e globais vão se alinhando às partes em conflito, sempre na defesa de seus próprios interesses. A Turquia e a Rússia são os principais atores externos envolvidos e, mais uma vez, assim como na Líbia e na Síria, estão em lados opostos. Os turcos apoiam abertamente os azerbaijanos, com quem possuem grande identificação histórica, linguística e cultural. Mas também há fortes interesses econômicos. O Azerbaijão é parceiro da Turquia na operação do gasoduto Transanatoliano, uma alternativa de fornecimento energético que reduz a dependência turca em relação ao gás russo.



Gasoduto

TANAP.

Fonte

https://www.researchgate.net/figure/The-TANAP-TAP-and-Nabucco-pipelines_fig1_322927029

Já os russos, que integram juntamente com Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão uma aliança militar com a Armênia, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), e já têm problemas na Líbia, Síria, Ucrânia e Bielorrússia, não parecem muito dispostos a se engajar decisivamente em um conflito no Cáucaso.

Assim, vê-se que a resposta calculada da Rússia frustra a Armênia, cuja solicitação formal de apoio militar à OTSC não foi atendida até o momento, em contraste com o decisivo apoio turco aos Azerbaijanos.

Os EUA, completamente concentrados em suas questões internas e nas eleições presidenciais, não passaram de exortações protocolares pela paz. A Europa, com o presidente Macron à frente, assim como as Nações Unidas, também fizeram declarações em favor da paz que não alcançaram qualquer resultado prático.

Assim, parece que a solução do conflito dependerá de as partes envolvidas chegarem a um acordo, ou da ação da Turquia e Rússia. Mais exatamente de até onde os russos tolerarão a expansão da influência turca, também naquela região.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

O RELATÓRIO DO PENTÁGONO SOBRE A CHINA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas.

Sun Tzu

Os EUA construíram a mais poderosa máquina de guerra que o mundo já conheceu. E todo o Exército, para se manter no topo, precisa conhecer perfeitamente seus possíveis inimigos. Aliás, isso já era ensinado pelo chinês Sun Tzu, há 2,5 mil anos.

O Ministério da Defesa dos EUA acaba de enviar ao Congresso seu relatório anual sobre a China. É a 20ª edição do estudo, que analisa cuidadosamente as políticas e estratégias chinesas na área de Defesa e acompanha o desenvolvimento material e doutrinário do Exército de Libertação Popular (ELP).

Com 200 páginas, o documento constata que o ELP se fortaleceu e se modernizou em quase todas as dimensões possíveis. Há alguns aspectos, inclusive, em que as capacidades militares chinesas já superam as capacidades norte-americanas.

De início, o relatório descreve a estratégia chinesa, que tem por objetivo levar o país, no ano de 2049, centenário da revolução que levou o Partido Comunista ao poder, ao “Sonho Chinês”, descrito pelo presidente Xi Jinping: uma posição de prosperidade, força e liderança no cenário internacional.

Para atingir esse objetivo, a estratégia define que a completa “reunificação” da nação chinesa é inegociável, o que significa o retorno de Taiwan à plena soberania da China e a total reintegração de Hong Kong e Macau. O relatório também destaca uma postura crescentemente assertiva no campo da política

exterior chinesa, em especial nos últimos anos, momento em que o poder militar chinês passou a ter melhores condições de respaldar as aspirações do país.

O desenvolvimento econômico chinês é central para que o país atinja seus objetivos de modernização em todas as áreas, inclusive a militar. Sempre segundo o entendimento do Pentágono, o governo chinês utilizaria como principais ferramentas de indução econômica as iniciativas “One Belt, One Road”, de investimento em infraestrutura, “Made in China 2025”, de fomento ao desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como políticas protecionistas, além de ferramentas de “coerção econômica”.

Ao se concentrar nas forças armadas chinesas, os analistas norte-americanos destacam seus esforços de modernização, com vistas a se tornarem forças de “classe mundial”, em 2049. Isso significa ser proficiente no combate terrestre, naval, aéreo, bem como nos ambientes espacial, de guerra eletrônica e cibernética. O documento alerta que a China já teria alcançado paridade – e mesmo ultrapassado – as capacidades militares norte-americanas em várias áreas, em especial nas capacidades de construção naval, na de mísseis balísticos convencionais e de cruzeiro e nos sistemas integrados de defesa antiaérea.

São seis as forças armadas chinesas, todas elas integrantes do ELP e subordinadas diretamente ao Comitê Militar Central do Partido Comunista Chinês. Além do exército, marinha e força aérea, o país conta com a “Força de Foguetes”, responsável pelos mísseis balísticos convencionais e nucleares; com a “Força de Apoio Estratégico”, encarregada de centralizar as operações espaciais, cibernéticas, eletrônicas e psicológicas e a “Força Conjunta de Apoio Logístico”, incumbida do apoio logístico integrado a todo o ELP.

Nos últimos anos, o esforço chinês em aumentar o nível de prontidão para o combate é evidente. Os exercícios conjuntos e em larga escala têm alcançado níveis cada vez mais altos de

complexidade. Os cenários dos treinamentos são cada vez mais realistas, com utilização de tecnologias de simulação e a presença de uma “força azul” inimiga que avalia com rigor e exige cada vez mais do desempenho dos comandantes em todos os níveis.

Além disso, a China mantém uma capacidade nuclear suficiente para dissuadir qualquer ataque ao seu território. Essa capacidade está baseada na crença de que o país seria capaz de preservar seu armamento nuclear de um primeiro ataque e, em retaliação, contra-atacar com seu arsenal.

O ELP tem ampliado sua atuação global. Uma maior presença em missões de ajuda humanitária, escoltas navais de comboios mercantes, operações de paz da ONU, intercâmbios militares, venda de armamentos e exercícios militares multinacionais são as ferramentas mais visíveis dessa projeção de poder.

A análise detalhada do documento elaborado pelo Pentágono para o Congresso norte-americano é um exercício interessante para todos aqueles que se dispõem a entender a dinâmica das relações entre os dois países, em especial as preocupações do estamento de defesa dos EUA. É evidente que um documento dessa natureza sempre é redigido com a intenção de demonstrar a grande quantidade de recursos necessária para se manter as forças armadas norte-americanas na posição de liderança global em que se encontra hoje. E é o congresso daquele país que detém a chave do cofre. Mas trata-se de um estudo baseado em dados e argumentos sólidos, que desvela de forma acurada o poderio militar chinês.

Por que os homens lutam?

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

Os gregos lançavam-se contra o inimigo com inteiro desprezo pela vida, mas vendendo-a a alto preço [...] Mas os bárbaros, atacando-os sem trégua uns de frente, depois de haverem posto abaixo a muralha, e os outros por todos os lados, depois de os terem envolvido, aniquilaram a todos.[1]

Heródoto

A cena, narrada por Heródoto, retrata a Batalha das Termópilas, na qual os “Trezentos de Esparta”, liderados por Leônidas, resistiram até a morte ante a invasão persa, no ano de 480 AC. A história, recontada muitas vezes, chegou ao grande público no filme “300”, de Zack Snyder, em 2006.

A imagem de um grupo de guerreiros lutando até a morte, renunciando às possibilidades de fuga e permanecendo em combate até a morte certa, intrigou e intriga a muitos pensadores que se debruçaram sobre o assunto. Militares, estrategistas, psicólogos, etnólogos e antropólogos, políticos e cidadãos comuns se perguntam desde a antiguidade até os dias atuais quais são as causas e as motivações que levam os homens a lutar. Em 401 AC, o grego Xenofonte já aludia à “força da alma” como condição para combater e vencer. Aproximadamente na mesma época, na China, Sun Tzu ressaltava a importância da “lei moral” que motivava os soldados a lutarem por seus exércitos. Napoleão Bonaparte comparava a “força moral” e a “força física” de um exército na proporção de três para um em importância para o sucesso na batalha.[2]

A partir dos séculos 19 e 20, com o desenvolvimento das ciências sociais, estudos e experimentos melhor sistematizados passaram a se debruçar sobre as motivações (ou a “força da alma”, “lei moral” ou “força moral”, referidas anteriormente)

dos seres humanos, incluindo-se aí os motivos para a guerra, os elementos culturais dos conflitos e as dinâmicas que envolvem a violência. As próprias circunstâncias históricas contribuíram para esse interesse. O mundo era sacudido por revoluções e guerras, incluindo-se as duas guerras mundiais que vitimaram dezenas de milhões de pessoas e afetaram praticamente todo o planeta.

Duas figuras icônicas do século 20 chegaram a se corresponder[3] sobre o assunto: Albert Einstein e Sigmund Freud. “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra?”, perguntou o físico ao psicanalista, em 1932, apenas seis anos antes da invasão nazista à Áustria.

Em sua resposta, Freud afirma que a violência humana é inerente à condição biológica do homem, manifesta-se em todos os conflitos de relação a partir do processo mais remoto de socialização.



Além disso, recorre à sua teoria, na qual assevera que o homem é mobilizado por dois instintos ou pulsões, cujas atividades são opostas entre si: a pulsão construtiva, erótica ou Eros e a pulsão destrutiva, de morte ou Tanatos.

Assim, por serem as pulsões inerentes ao ser humano, seriam inúteis as tentativas de se eliminar as tendências agressivas

do homem. Como se vê, Freud tem uma noção naturalista da violência, por conseguinte, da guerra. Lembra Leroi-Gourhan[4], segundo quem a agressão como comportamento, isto é, o uso da violência, relaciona-se à humanidade como espécie.

Na resposta à Einstein, Freud prossegue afirmando que uma comunidade humana só se mantém unida graças a duas coisas: a coação da violência e o estabelecimento de vínculos afetivos, tecnicamente chamados de “identificações”, que unem seus membros.

Dessa forma, ele concorda com o físico (que em sua missiva já havia sugerido a ideia) de que somente uma espécie de “governo mundial” que ao mesmo tempo criasse tais identificações e tivesse suficiente poder de coação, ao qual se conferiria a solução de todos os conflitos de interesses, poderia preservar a paz entre as nações.

Como observador atual, é impossível deixar de notar que a ONU, criada no pós-guerra para abolir a guerra entre as nações, falhou miseravelmente em seu intento. Talvez justamente por não conseguir criar as chamadas “identificações” e, por isso mesmo, nem de longe se colocar como uma autoridade supranacional capaz de mediar conflitos com êxito.

Outra pensadora que se dedicou ao estudo dos conflitos e da violência foi Hannah Arendt. Sua posição acerca da permanência do fenômeno da guerra descarta um desejo secreto de morte da espécie humana, ou um instinto de agressão irreprimível, ou os sérios perigos econômicos e sociais do desarmamento. Segundo a pensadora, a razão seria o simples fato de que não teria aparecido na cena política esse “árbitro final”. Ou seja, embora discorde da teoria freudiana acerca da existência, nos seres humanos, de um impulso inato à violência, Arendt concorda que a ausência de uma instância arbitral externa é a causa principal para a permanência dos conflitos armados.

Ela prossegue, exemplificando. Diz que a destruição mútua

assegurada, situação de impossibilidade de existência de um vencedor em uma guerra nuclear entre as superpotências, retirou a atratividade da atividade bélica, e que a partir daquele momento, ela previa, as guerras seriam restritas aos países subdesenvolvidos, incapazes de desenvolver armamentos nucleares ou biológicos.

Neste ponto é importante destacar o momento histórico em que Arendt escreve. Era o final da década de 1960. Na França, na Tchecoslováquia, nos EUA e em outros lugares havia um clima de revolta estudantil, muitas vezes violenta. Os EUA estavam mergulhados no atoleiro da Guerra do Vietnã e vivia-se o auge da Guerra Fria, acontecimentos que, evidentemente, influenciaram sobremaneira as ideias da pensadora.

Mas, retornando à reflexão de Arendt, ela concorda com Fanon[5] e Gray[6], quando estes afirmam que em uma ação militar, como na revolucionária, o individualismo é o primeiro valor que desaparece. Em seu lugar passa a existir um tipo de coerência de grupo, de nexos mais intensamente sentido e muito mais forte, ainda que menos duradouro, que todas as variedades de amizade civis ou particulares. Está a se tratar da irmandade no campo de batalha. De todos os niveladores, a morte é o mais potente. Mas, no enfrentamento coletivo e em ação, a morte troca sua personalidade; nada parece ser mais capaz de intensificar a vitalidade dos sujeitos como sua proximidade. De alguma forma, esses passam a crer que a própria morte é acompanhada da imortalidade potencial do grupo a que eles pertencem. Essa compreensão passa a ser o centro de suas experiências.

Passados 2500 anos da Batalha das Termópilas e mais de meio século desde as reflexões de Freud e Arendt, e apesar de toda a experiência acumulada pela humanidade, o mundo permanece um lugar conflitivo. Como James Hillman[7] apontou, “a guerra é normal”, afinal é constante e universal. Na verdade, as soluções apresentadas por Einstein e Freud para o fim das guerras não se mostraram eficazes. A ONU, uma tentativa de

esboçar uma “autoridade mundial”, que arbitrasse as relações interestatais e impedisse a guerra, como se vê diariamente, fracassou nesse sentido. A “mútua destruição assegurada”, descrita por Arendt, embora tenha servido de dissuasão para que a guerra final entre as superpotências nucleares não ocorresse, não impediu essas mesmas superpotências de travarem diversas outras guerras regionais.

A resposta à pergunta do título parece estar na complexidade das relações humanas, nos sentimentos de perda e de justiça, de honra e de frustração; na lealdade atávica que os seres humanos, profundamente gregários, devotam às suas comunidades, suas cidades, suas nações, suas civilizações.

Ao fim e ao cabo, somos os mesmos, seja nas Termópilas, nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial ou nas comunidades Nuer investigadas por Evans-Pritchard[8]. Consideramos estrangeiros todos os que não pertencem às nossas comunidades. E, como tais, potenciais inimigos.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores](#)

[clique aqui e saiba como!](#)

[1] Heródoto. História. Livro VII

[2] Exemplos reunidos pelo General Fernando Goulart no livro “Ação sob fogo!”

[3] Leia a carta [aqui](#) (em inglês)

[4] Citado por Pierre Clastres, em Arqueologia da violência (2004)

[5] Frantz Fanon, The wretched of the Earth (1961)

[6] J. Glenn Gray, The Warriors (Nova York, 1959)

[7] James Hillman, *A terrible love of War* (Nova York, 2004)

[8] Edward Evans-Pritchard, (2008). *Os Nuer*.

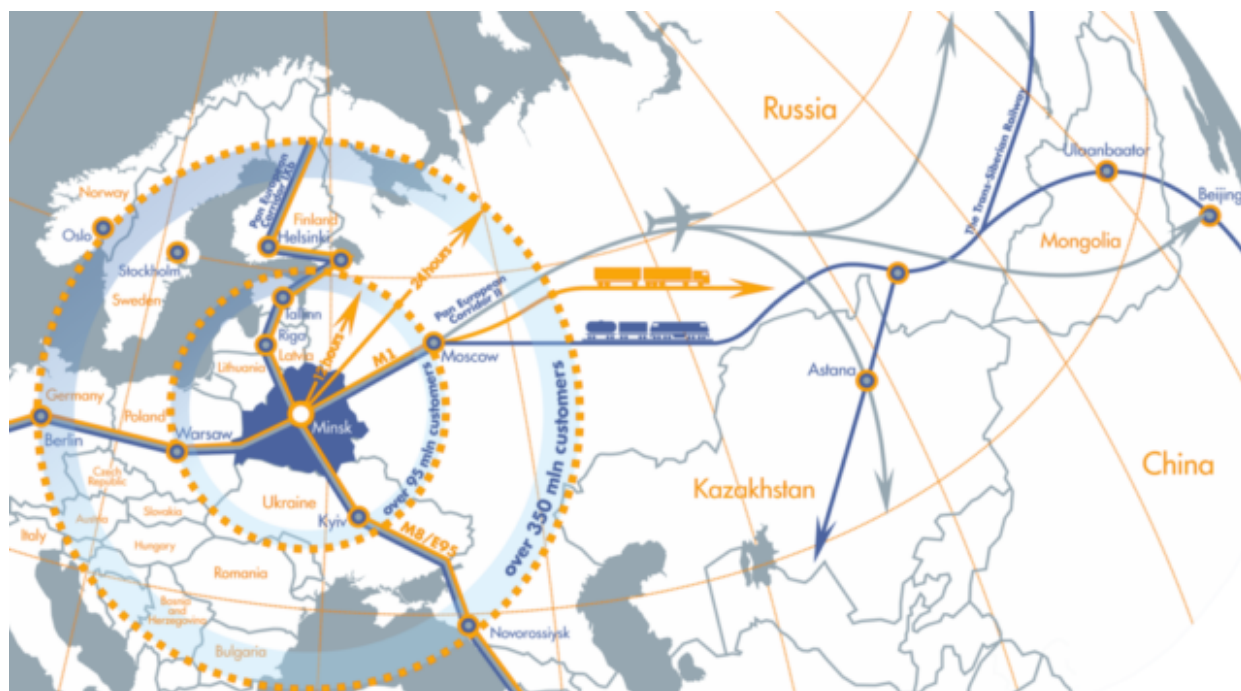
O FUTURO DA BIELORRÚSSIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

A Bielorrússia está sendo sacudida por uma onda de protestos contra o presidente Alexander Lukashenko. Os milhares de manifestantes exigem a renúncia do presidente, que se mantém no poder há 26 anos, acusando-o de fraudar o pleito eleitoral do último dia 9 de agosto. O resultado oficial, que não foi reconhecido por seus vizinhos na União Europeia, apontou uma vitória de Lukashenko com 80% dos votos.

O presidente bielorrusso, por sua vez, reprime violentamente os protestos, coloca suas forças armadas em prontidão e acusa a União Europeia de fomentar uma “revolução colorida” para derrubá-lo e a OTAN de aproximar suas tropas das fronteiras de seu país. Não há nenhum indício de que a OTAN tenha feito tal movimento, mas a intenção de Lukashenko é clara: lembrar Putin de que a Bielorrússia é a porta de entrada da Rússia para a aliança militar ocidental.

Nesse ponto, para se tentar antever os próximos acontecimentos políticos na Bielorrússia, é interessante se consultar um mapa da Europa Oriental. Com ele nas mãos, uma primeira informação salta aos olhos: se você estivesse em Varsóvia, Berlim ou Paris e quisesse ir de carro a Moscou, certamente o caminho mais curto seria pela Bielorrússia, mais especificamente por sua capital, Minsk.



Fonte

<http://www.asrie.org/2020/01/why-belarus-matters-now-minsk-moscow-crisis-and-the-opportunities-for-eu-and-china/>

E a história já ensinou aos russos, em várias oportunidades, que exércitos podem marchar por esse caminho. Como já escreveu Tim Marshall, no excelente livro *Prisioneiros da Geografia*, você pode pensar que ninguém pretende invadir a Rússia, mas não é isso que os russos acham, e com razão. Nos últimos quinhentos anos eles foram invadidos várias vezes a partir do Oeste. Quase todas as vezes, o caminho utilizado foi a Bielorrússia.

Desse modo, fica fácil entender por que aos governantes russos ao longo da história, incluindo Vladimir Putin, interessa saber quem estará sentado no gabinete presidencial em Minsk. Lukashenko tenta convencer Putin de que ele é o sujeito ideal, acusando os manifestantes de estarem a serviço de uma trama do ocidente e denunciando que a OTAN estaria às suas fronteiras.

A atuação militar russa na Ucrânia, com a anexação da Crimeia, em 2014, serve de alerta para a comunidade internacional de que os russos poderiam atuar militarmente também na Bielorrússia. Mas há algumas diferenças importantes. Se na

Ucrânia, russos e ocidentais disputavam – e ainda disputam – esferas de influência, uma vez que naquele país a população está dividida entre pró-ocidentais e pró-russos, o mesmo não ocorre na Bielorrússia, onde a grande maioria da população, inclusive os manifestantes, são muito mais próximos, por laços históricos, culturais e linguísticos de russos do que ocidentais. Russos e bielorrussos são todos integrantes da mesma “civilização ortodoxa”, em conflito permanente com a “civilização ocidental”, de acordo com a teoria proposta por Samuel Huntington em “O Choque das Civilizações”. Desse ponto de vista, arriscar uma ação militar na Bielorrússia não faria sentido, uma vez que um novo governo provavelmente não afastaria o país da esfera de influência russa.

A hipótese da solução pela via política, desconsiderando qualquer ação militar, é reforçada por outro exemplo recente: o caso da Armênia, onde, em 2018, irromperam diversos protestos. Os manifestantes, a exemplo do que acontece agora na Bielorrússia, acusavam o então primeiro-ministro e por duas vezes consecutivas presidente, Serge Sarkissian, de tentar perpetuar-se no poder. Onze dias depois do início dos protestos, Sarkissian renunciou, abrindo caminho para uma solução política para a crise.

Mas, também em relação ao caso da Armênia, há uma diferença marcante. Lukashenko não dá nenhuma demonstração de que estaria disposto a deixar o poder. Pelo contrário, no último domingo, se deixou filmar a bordo de um helicóptero, sobrevoando o local da concentração dos manifestantes, vestindo um colete tático/balístico e portando a tiracolo um fuzil Kalashnikov. Estava acompanhado de seu filho, um adolescente de 16 anos, que a exemplo do pai, portava colete e fuzil, além de estar usando capacete balístico. A mensagem transmitida pelas imagens não poderia ser mais clara: demonstrar a indisposição de Lukashenko em deixar o poder.

Além de todos os aspectos elencados, há ainda que se destacar a sempre crucial questão econômica. A Rússia é o destino de

46% das exportações bielorrussas e origem de mais da metade das importações do país. Além disso, a Bielorrússia é altamente dependente do petróleo e do gás natural russos, importado a preços subsidiados. A dependência econômica é mais um fator a indicar que qualquer novo governo que porventura substitua o atual não poderá se afastar da esfera de influência russa em direção ao ocidente.

Parece evidente que a Rússia vai desempenhar um papel central no destino de Lukashenko. Um cenário otimista seria algo que se assemelhasse ao ocorrido na Armênia, onde a alternância de poder exigida pela população foi alcançada e a Rússia não foi acusada pelo ocidente de intervir nos assuntos internos de outro país. Talvez seja isso que Putin tenha em mente.

TRAGÉDIA NO LÍBANO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

A violentíssima explosão ocorrida no porto de Beirute causou mais de duzentas mortes e milhares de feridos. A região do entorno do porto ficou completamente destruída, mas os efeitos da onda de choque causaram estragos mesmo a dezenas de quilômetros do epicentro. Após um momento de perplexidade pela gravidade do ocorrido, a cidade foi tomada por protestos nos quais a população, enfurecida com as autoridades, acusadas de negligência, exigia a renúncia do Primeiro Ministro Hassan Diab, o que acabou ocorrendo no último dia 10 de agosto, apenas 6 dias após a tragédia.

A fúria da população se explica. Afinal, tudo indica que a

causa da explosão tenha sido a combustão de 2.750 ton de nitrato de amônio, armazenadas desde 2014 no porto, de maneira inadequada, após terem sido confiscadas de um navio mercante.

O porto de Beirute é um dos mais importantes do Mediterrâneo oriental, unindo mercados da Europa, Ásia e África, estando conectado a mais de 300 portos em todo o mundo. Além disso, é de vital importância para o próprio Líbano, uma vez que 82% das importações e exportações e 98% dos contêineres destinados ao país passam por ele. Antes da explosão, seus silos tinham uma capacidade de armazenamento de 120 mil ton. Após a explosão, essa capacidade terá que ser reconstruída, a um alto custo, ainda mais para um país que vive tamanha crise econômica. De imediato, parte das cargas poderá ser redirecionada para o porto de Trípoli, mais ao norte e, em menor escala, para o porto de Sidon, ao Sul da capital.

Com a explosão, o Líbano vive a chamada “tempestade perfeita”: uma grave crise política e econômica, acompanhada da pandemia da Covid-19 e, agora, de uma nova onda de revolta popular em Beirute.

Na verdade, os protestos já ocorriam desde o ano passado, motivados pela deterioração econômica, pela ineficiência do governo em prover serviços básicos, como o fornecimento de água e energia elétrica, além dos muitos casos de corrupção, e foram o estopim para a renúncia do Primeiro-Ministro Saad Hariri, em 29 de outubro de 2019. Quem o sucedeu, em janeiro deste ano, foi o Primeiro-Ministro Hassan Diab, que acaba de renunciar.

O Líbano moderno é um pequeno e montanhoso país, espremido contra o Mar Mediterrâneo, que faz fronteira ao Norte e a Leste com a Síria e, ao Sul, com Israel. Sua população é bastante heterogênea, composta por numerosos grupos étnicos, religiosos e culturais. Em razão dessa característica, após obter a independência em 1943, os dirigentes do Líbano estabeleceram um regime de governança política de maneira a

tentar garantir uma divisão de poder que oferecesse representatividade política a três grupos étnico/religiosos: os cristãos maronitas (presidência da república), os muçulmanos xiitas (presidente do parlamento) e os muçulmanos sunitas (primeiro-ministro). O parlamento e os cargos públicos também são divididos entre cristãos e muçulmanos.

Além disso, a geografia impôs ao Líbano estar no centro da questão árabe-israelense e, mais recentemente, da disputa árabe-iraniana. Assim, quando disputas sectárias levaram o país a uma guerra civil que durou de 1975 a 1990, tanto sírios quanto israelenses enviaram tropas para o país.

A longa guerra civil trouxe graves consequências para a economia libanesa. No entanto, após a guerra, o país iniciou um ambicioso programa de reconstrução econômica e social, liderada pelo então Primeiro-Ministro Rafiq al-Hariri. O programa teve considerável êxito; entretanto, teve como efeito colateral um substancial aumento do endividamento do país, tanto externo quanto interno.

Esses efeitos econômicos negativos se agravaram muito com a guerra civil na Síria. Estima-se que o país já tenha recebido cerca de 1,5 milhão de refugiados sírios, o que corresponde a aproximadamente um quarto da população do país. O turismo e os investimentos externos reduziram drasticamente. O sectarismo religioso entre sunitas e xiitas recrudescceu, com libaneses sunitas apoiando os revoltosos sírios, enquanto os xiitas apoiavam o presidente sírio Bashar al-Assad.

O conflito entre a milícia xiita Hezbollah e Israel, que afeta especialmente a região sul do país, também está longe de uma solução. Iniciada durante a guerra civil, na década de 1980, seu ápice foi em 2006, quando o conflito escalou para uma ação do exército israelense em território libanês, para destruir alvos do Hezbollah, mas os enfrentamentos de baixa intensidade entre ambos permanecem.

É neste ambiente de altíssima complexidade e inúmeras dificuldades que o Líbano enfrenta mais essa crise. A destruição do porto de Beirute, de fundamental importância econômica, serviu de estopim para a explosão de protestos que resultaram em mais uma mudança de governo. Os vários grupos político/religiosos do país vão tentar se reposicionar buscando aumentar seu poder político, sempre sob o olhar atento e interessado de iranianos, árabes, israelenses, sírios, turcos, franceses, russos e norte-americanos. E assim o Líbano vai recomeçar. Pela enésima vez.

AS RELAÇÕES CADA VEZ MAIS TENSAS ENTRE EUA E CHINA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

China anunciou, no último dia 24 de julho, a ordem para que os Estados Unidos fechassem o consulado do país em Chengdu, importante cidade com cerca de 4,6 milhões de habitantes. Foi uma retaliação ao fechamento, pelos EUA, do consulado chinês em Houston. Na véspera, o Secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo, em visita Yorba Linda, California, havia discursado[1] usando uma dura retórica contra o partido comunista chinês e os governantes daquele país. Ironicamente, o local do discurso foi a cidade natal de Richard Nixon, o presidente norte-americano responsável pela reaproximação dos EUA com a China na década de 1970.

Assim, os dois países sobem mais um degrau na escalada de tensões que tem caracterizado as relações entre Washington e Beijing, especialmente nos últimos dois anos.

São vários os pontos de atrito, desde a chamada “guerra comercial”, passando por questões que envolvem os direitos humanos, acusações de espionagem e de guerra cibernética, a crise da pandemia da Covid-19, a tecnologia 5G de comunicação móvel, a nova lei de segurança nacional promulgada na China em relação a Hong Kong, a maior assertividade chinesa em relação a Taiwan e sua crescente presença militar no Mar do Sul da China, para citar apenas as mais relevantes.

Já se tornou lugar comum falar em uma “nova Guerra Fria”, com a China tomando o lugar da antiga União Soviética no polo que antagoniza os EUA. Por imprecisa que seja tal comparação, é certo que a escalada da rivalidade entre os dois países atingiu níveis inéditos no sistema internacional desde o esfacelamento da antiga União Soviética.

Entretanto, há uma diferença marcante. Se na Guerra Fria as esferas de influência de cada uma das superpotências estava praticamente delimitada pelos espectros ideológicos que se antagonizavam, com capitalistas de um lado e comunistas de outro, na disputa atual essas esferas não estão claramente definidas.

E esse é mais um importante campo de disputa, onde cada um dos contendores apresenta suas armas. De um lado, a China se apresenta como poderoso parceiro comercial e econômico, disposto a celebrar acordos, firmar negócios e financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento econômico por todo o mundo, especialmente nos países de seu entorno, pela Iniciativa Belt and Road, mas também na África, na Europa e nas Américas. Com isso, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades valiosas de desenvolvimento, amarra governos a dívidas e compromissos que garantem, se não apoio político explícito, pelo menos a postura de neutralidade. Isso ficou claríssimo na crise da Covid-19. Governos de todo o mundo, inclusive dos EUA(!), ficaram amarrados a fornecedores chineses, em uma dependência constrangedora, que em muitos casos impediu governos de se manifestarem mais duramente

contra o fato de o vírus, de acordo com todas as evidências, ter se expandido para todo o mundo em razão de diversos equívocos das autoridades sanitárias chinesas, especialmente nos primeiros momentos da pandemia. Ao mesmo tempo, a China se projeta com uma política externa proativa, com maciça divulgação da cultura do país, tentando projetar uma imagem mais simpática ao ocidente.

Por outro lado, os EUA se amparam em seu até aqui incomparável poderio militar para constranger os chineses a refrear seu ímpeto expansionista no Mar do Sul da China, garantir a relativa soberania de Taiwan, e apoiar seus principais aliados na Ásia e Oceania, em especial o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália, além da Índia, que embora não possa ser considerado exatamente um país aliado, é a grande rival da China na Ásia. Além disso, os EUA busca liderar os países ocidentais, mantendo sua atuação no campo psicossocial, reforçando a narrativa de defesa de valores democráticos e liberais, denunciando o autoritarismo do governo chinês e posicionando-se em defesa dos uigures e dos moradores de Hong Kong.

Além da busca por aliados, cada um dos dois países se prepara em ritmo acelerado no campo militar. As forças armadas chinesas sofreram uma grande reforma em 2015, buscando maior interoperabilidade e modernização. A Marinha de Guerra se destaca, modernizando-se em um ritmo impressionante. Já os EUA reformularam sua estratégia militar em 2018, definindo claramente que o país deveria se preparar para uma nova fase de competição entre grandes potências, com um foco especial para a China e a Rússia, citadas nominalmente. Ao mesmo tempo, criaram uma nova Força Armada, a Força Espacial, para se preparar para combater também nesse domínio.

Escaladas e distensões, acusações e acomodações, disputas e acordos se alternam no manejo das relações entre duas potências globais. Há inúmeros e enormes interesses envolvidos e uma escalada de antagonismos que saia do controle não é do interesse de nenhuma das duas. Mas aqui, o Realismo se impõe

mais uma vez: a espiral conflituosa é ascendente e a chance de algo escapar ao controle, cada vez maior.

[1] [Saiba mais aqui](#)

Samuel Huntington e a ética militar profissional

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

Samuel P. Huntington foi um cientista político norte-americano, nascido em 1927 e falecido em 2008. Formou-se em Yale e doutorou-se em Harvard, onde lecionou até 2007. É autor, coautor e editor de 17 livros e de mais de 90 artigos acadêmicos. Dedicou-se ao estudo das relações civis-militares e à geopolítica. Sua tese de maior impacto foi a que ficou conhecida como a teoria do “Choque das Civilizações”.

Huntington escreveu ***O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares***, livro que se tornaria um clássico para a análise das relações civis-militares, em 1957. A obra, republicada no Brasil pela Biblioteca do Exército em 2016, está dividida em três partes: na primeira, o autor trata das perspectivas teóricas e históricas das instituições militares e do Estado. Na segunda, analisa o poder militar nos EUA, de 1789 a 1940. Finalmente, na última parte, aborda a crise nas relações entre civis e militares nos EUA, no período de 1940 a 1955.

[Sugestão de leitura – compre o livro na Amazon](#)



[Autor – Samuel Huntington](#)

Neste artigo, faço um resumo das ideias defendidas pelo autor no terceiro capítulo da obra, que integra a primeira parte, *A mentalidade militar: o realismo conservador da ética militar*.

O autor sustenta que a melhor maneira de se chegar à substância da “mentalidade militar” é defini-la como uma “ética profissional”. Isso porque “as pessoas que agem igual durante um longo período de tempo tendem a desenvolver hábitos característicos e persistentes de pensamento. A singular relação que elas mantêm com o mundo lhes dá uma peculiar perspectiva dele, levando-as a racionalizar o próprio comportamento e o próprio papel.” Nesse sentido, a mentalidade militar consistiria em valores, atitudes e perspectivas inerentes ao desempenho da função militar.

A ética militar seria, segundo o autor, um padrão constante para os agrupamentos militares profissionais, pelo qual se poderia julgar o profissionalismo da oficialidade em qualquer tempo e lugar. Nesse sentido, portanto, seria universal. A partir dessa constatação, Huntington passa a listar quais seriam as características dessa ética, ou desse *ethos*, entendido como um conjunto de traços ou comportamentos que conformam o caráter ou a identidade de uma coletividade.

Em primeiro lugar, prossegue o autor, a ética militar considera o conflito como um padrão universal. Logo, os militares seriam, por natureza, céticos em relação à natureza humana, tendendo a considerar o conflito um padrão universal, e a violência permanentemente enraizada na natureza biológica e psicológica do homem.

A ética militar também é fundamentalmente corporativa, uma vez que, para cumprir suas responsabilidades e garantir a segurança do Estado, os militares trabalham em grupo. Assim, conceitos como espírito de grupo, unidade e comunidade são altamente valorizados, em detrimento do individualismo.

O militar profissional, por característica, acumula seus conhecimentos pelas experiências. Se tem poucas oportunidades de vivenciar experiências próprias, utiliza-se da de outros militares. Daí advém o valor que a ética militar empresta ao estudo metódico e objetivo da história, desde que este estudo possibilite o desenvolvimento de princípios capazes de futura aplicação.

Outra premissa de Huntington defende que a existência da profissão militar depende da existência de Estados-nação capazes de manter um estamento militar apto a protegê-los das ameaças à sua segurança. Assim, a ética militar tenderia a considerar o Estado a forma suprema de organização política.

Além disso, se as causas da guerra estão na própria natureza humana, então é impossível abolir a guerra por completo. Essa é a razão pela qual a mentalidade militar é tão cética em relação a dispositivos destinados a evitar a guerra, tais como tratados, leis, cortes ou organismos internacionais.

O autor defende ainda que nem sempre os militares desejam a guerra. Pelo contrário, eles tendem a se julgar vítimas das fomentações de guerra dos civis. Afinal, seriam os políticos e o povo, a opinião pública e os governos que iniciariam a guerra, mas seriam os militares que teriam a obrigação de

travá-la.

Quanto à profissão militar, Huntington a caracteriza como técnica e especializada. Suas competências são adquiridas mediante treinamento profissional e experiência. A política, por sua vez, se situa além do escopo da competência militar e a participação de militares na política enfraqueceria o profissionalismo por permitir que valores estranhos ao ethos militar substituam valores eminentemente profissionais.

Assim, seriam três as responsabilidades do militar perante o Estado: a primeira seria de natureza representativa, pois ao militar compete manter as autoridades governamentais informadas quanto ao que ele considera ser indispensável para a manutenção da segurança do Estado. A segunda seria consultiva. Nesse sentido, caberia aos militares relatar os reflexos das políticas governamentais para a segurança do Estado. Finalmente, a última responsabilidade do militar seria executiva, implementando as decisões do Estado na área de defesa.

Huntington reitera ainda que o profissionalismo militar só ocorre quando sua lealdade se dirige exclusivamente ao ideal militar. Afirma que outras lealdades são transitórias e divisoras. Reafirma que as forças mais eficientes e competentes são aquelas em que a oficialidade é motivada por seus ideais profissionais, mais do que por objetivos políticos ou ideológicos.

Encerrando o capítulo, o autor enfatiza que o controle civil é essencial ao profissionalismo militar, tecendo considerações à obediência e seus limites.

Assim, segundo Samuel Huntington, a ética militar seria pessimista, coletivista, historicamente influenciada, orientada para o poder, nacionalista, militarista mas voltada para a obtenção e manutenção da paz, e instrumentalista em sua visão da profissão militar. Em resumo, o *ethos* militar seria

realista e conservador.

Embora escrito há mais de sessenta anos, *O Soldado e o Estado* continua a ser leitura obrigatória para todos os militares profissionais e para todos aqueles que queiram compreender o pensamento militar.

A MUDANÇA DA NATUREZA DA GUERRA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

O exército norte-americano publicou, em outubro do ano passado, um documento chamado “The operational environment and the changing character of warfare[1]”. Nele o TRADOC, Comando de Adestramento e Doutrina daquele país, discorre sobre como as aceleradas mudanças em curso em todos os aspectos da vida humana e da sociedade alterarão decisivamente o ambiente operacional e a natureza da guerra nos próximos anos. Neste artigo, apresento minha interpretação do documento.

A acelerada evolução em todos os campos do conhecimento proporcionou o surgimento de tecnologias disruptivas, tais como armas hipersônicas, uso de inteligência artificial, nanotecnologias, internet das coisas, computação quântica, neurociência, biologia sintética e robótica, para citar apenas alguns exemplos.

Ao mesmo tempo, a humanidade experimenta um momento de mudanças demográficas, mudanças climáticas, disparidades econômicas crescentes e aumento da competição por recursos naturais, em especial a água. Há também o surgimento de novos

atores no cenário político-econômico e social, como organizações não-governamentais transnacionais e ideologicamente motivadas, além de indivíduos com tamanho poder político e econômico que podem influenciar e exercer pressões comparáveis apenas àquelas que, no século 20, eram exercidas pelos entes estatais. Tudo isso em um ambiente de onipresença da informação.

Nesse contexto, o documento do exército norte-americano delinea dois horizontes temporais. Um primeiro, dos dias atuais até o ano de 2035, no qual a humanidade viverá um período de progresso acelerado. No segundo, de 2035 até 2050, um período chamado de “igualdade contestada”, na qual a natureza da guerra sofrerá mudanças dramáticas, quase revolucionárias.

Nos próximos anos, a humanidade se tornará mais rica, mais velha, mais urbana e mais bem educada. Mas a distribuição desigual desse progresso em um ambiente de informação onipresente aumentará as tensões e os conflitos, ameaçando a estabilidade econômica e política de vários países.

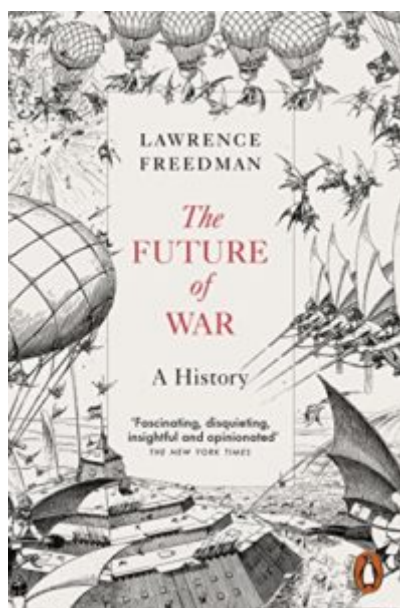
Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas poderão resultar em aumento da escassez de recursos e da insegurança alimentar, aumento das migrações e do número de refugiados. O degelo do Oceano Ártico poderá tornar aquela região um novo foco de disputa geopolítica.

O processo de urbanização se acelerará. Algumas megacidades poderão se tornar política e economicamente mais importantes do que os estados-nação nos quais estão inseridas. A vida nessas cidades se tornará ao mesmo tempo mais fácil e mais complexa, em razão dos múltiplos desafios da vida nas cidades. Tensões sociais poderão se agravar em razão disso.

A inteligência artificial administrará e otimizará muitos aspectos da vida moderna. A integração entre homens e máquinas, por intermédio de dispositivos de realidade virtual

se tornarão comuns. O “aprendizado de máquina[2]” e o acesso a enormes bases de dados, por computadores potentes, permitirão a aceleração de estudos e a descoberta de relações de causa e efeito antes desconhecidas. O desenvolvimento da ciência médica, da neurociência e das biotecnologias desafiarão conceitos filosóficos e religiosos, integrando cada vez mais homens e máquinas, criando dilemas éticos complexos.

[Sugestão de leitura – compre o livro na Amazon](#)



[Autor – Lawrence Freedman](#)

É neste contexto futuro que o exército dos EUA define como seus potenciais adversários, no futuro próximo, o chamado grupo “2+3”, Rússia, China, Coreia do Norte, Irã e os Grupos Radicais e Organizações Criminosas Transnacionais, que atuarão para confrontar os interesses do país.

Considera-se que esses adversários estão pensando em como confrontar os EUA e seus aliados, utilizando estratégias de guerra híbrida, que os permite atuar no local e momento que eles escolherem, sempre mantendo-se abaixo da linha da guerra, muitas vezes usando “proxies”, mercenários e criminosos, alvejando a vontade nacional e o aparato do processo de tomada de decisões, dos próprios EUA, dos aliados da OTAN ou da União Europeia.

Embora essa maneira de atuar não seja nova, as condições do acelerado desenvolvimento mundial permitiram aos adversários dos EUA combinar modos de emprego tradicionais com estratégias híbridas e táticas de guerra assimétrica, ao mesmo tempo em que se utilizam de tecnologias de ponta, como fogos de longo alcance, capacidades de guerra eletrônica, satélites, operações de informação, armas de destruição em massa e capacidades cibernéticas, dentre outras.

Os EUA identificam que, pelo menos na primeira metade do período de progresso acelerado, até 2035, a Rússia será seu principal adversário. O país já estaria investindo, há mais de uma década, em novas capacidades para superar o poder militar norte-americano, com o desenvolvimento de uma gama de novas tecnologias de uso militar, como robótica, computação avançada, armas hipersônicas e sistemas espaciais. A China teria condições de ultrapassar a Rússia na segunda metade desse período.

Em algum ponto próximo a 2035, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA seriam obrigados a se confrontar com um adversário capaz de operar em todos os domínios, inclusive com certa vantagem tecnológica sobre as forças armadas do país. As vantagens estratégicas norte-americanas poderão diminuir a um ponto em que os desafios se tornarão cada vez maiores e mais complexos.

Assim, o mundo entrará no período da “igualdade contestada”, por volta de 2035, com as potências globais disputando a manutenção ou a mudança da ordem global construída no pós-guerra. Os estados-nação, embora permaneçam sendo os atores principais no sistema internacional, passarão a ser desafiados por redes globais de afinidades – étnicas, religiosas, regionais, sociais ou econômicas – mantidas por intermédio de comunicações on line, cujos membros podem sentir uma afinidade mais forte do que com sua própria nacionalidade. É interessante notar que neste ponto o documento do TRADOC apresenta um cenário que confirmaria a teoria do Choque das

Civilizações, apresentada por Samuel Huntington em 1993.

Embora EUA, China e Rússia permaneçam sendo as principais potências militares do planeta, a possibilidade de se adquirir capacidades voltadas ao emprego militar ou às disputas de poder, por intermédio da difusão generalizada de conhecimentos e pelo roubo cibernético de propriedade intelectual, fará surgir novos competidores. Os custos para a manutenção de uma hegemonia global tornarão impossível que um único país a detenha. A ordem global será multipolar, e dominada por uma complexa rede de alianças de curto prazo, de acordo com os interesses momentâneos dos atores globais. Será um mundo marcado pela desordem e pelo emprego do poder militar.

Nessas condições de frágil equilíbrio, alguns aspectos da guerra se modificarão. Como nenhuma nação terá uma superioridade absoluta de capacidades que desequilibrem significativamente a balança da guerra a seu favor, a dimensão moral e cognitiva ganhará enorme importância. As operações militares terão cada vez mais o objetivo de afetar a vontade e a coesão nacionais. As operações de informação e os ataques cibernéticos serão direcionados contra pessoas e segmentos da população, dos governos e da iniciativa privada.

O aforismo Clausewitziano de que a guerra é a continuação da política por outros meios ganhará um novo destaque, na medida em que a dimensão política se aproximará da dimensão militar. Isto porque todos os elementos do poder nacional deverão estar integrados à construção da segurança coletiva da nação contra as inúmeras, difusas e incertas ameaças. A atuação conjunta e interagências, de modo a criar um ambiente governamental sinérgico que fortaleça a dissuasão de ameaças, será de fundamental importância para a manutenção da segurança e para a defesa dos EUA.

Embora no ano de 2050 se espere que as forças armadas sejam mais capazes do que em qualquer outro momento da história, o emprego de forças militares será limitado. Elas serão tão

destrutivas e serão equipadas com materiais de emprego militar tão desenvolvidos e caros que a substituição dos armamentos, viaturas e equipamentos em larga escala, como seria normal em uma guerra de longa duração, será inviável. Ao mesmo tempo, os operadores de tais equipamentos deverão possuir um longo tempo de aprendizado e treinamento, o que tornará os exércitos cada vez mais profissionais, o que também dificultará o reacompanhamento de pessoal.

Nações, atores não-estatais e mesmo indivíduos serão capazes de atacar forças militares e infraestruturas civis a distâncias intercontinentais, por meios convencionais ou não. Alvos como agricultura e suprimento, finanças e comércio, transportes, água, energia elétrica, entretenimento e informação não estarão fora do alcance das ações adversas, mesmo a milhares de quilômetros do eventual Teatro de Operações.

Novos dilemas éticos e do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) surgirão. A definição entre combatentes e não-combatentes e mesmo o que é ou deixa de ser uma ação militar sofrerá mudanças. Novos conceitos terão que definir, por exemplo, se um drone robotizado poderá ser empregado contra soldados inimigos. Ou se um ataque cibernético, que desligue a eletricidade de uma cidade onde há uma base militar, mas também de hospitais que atendam a civis, é ou não legítimo do ponto de vista do DICA.

Na conclusão do documento, o exército dos EUA reconhece que tentar prever acontecimentos futuros não é uma tarefa fácil. Mas que todos devem reconhecer que se vive um momento de aceleração de mudanças e que as ideias, conceitos, doutrina, equipamento e treinamento atuais provavelmente serão insuficientes para se obter sucesso nos conflitos do futuro. E que esse sucesso dependerá das decisões tomadas hoje.

Finalmente, não se deve ignorar que a divulgação deste documento de modo ostensivo atende ao exército norte-americano

na medida em que transmite à sociedade e aos políticos do país a ideia de que serão necessários vultosos recursos financeiros para que a Força se mantenha nos níveis operacionais adequados à nova realidade mundial. Por outro lado, divulga para a comunidade internacional uma mensagem clara de que o país estará preparado para enfrentar esse novo e desafiador cenário que está por vir, fortalecendo a dissuasão e mostrando aos competidores que haverá um alto custo financeiro para se manter em condições de desafiar os EUA. Nesse aspecto, não custa lembrar que a desintegração da antiga União Soviética se deveu, em parte, aos excessivos gastos com defesa, decorrentes da corrida armamentista com os EUA durante a Guerra Fria, que debilitaram economicamente o país.

Quanto a nós, brasileiros, o documento relembra a máxima de que constitui erro capital preparar uma força armada para a última guerra, ao invés da próxima. Cabe estar atento e manter os olhos postos no futuro, para que o país tenha forças armadas à altura dos desafios que lhe serão impostos no século 21.

[1] Disponível [aqui](#)

[2] Machine learning

PUTIN 2036

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

Vladimir Putin já se referiu à desintegração da antiga União Soviética (URSS), ocorrida em 1991, como o “grande desastre geopolítico do século”. Em 2004, ele já estava no poder quando

todos os países membros do antigo Pacto de Varsóvia [1], com exceção da própria Rússia, já estavam integrados à inimiga OTAN ou à União Europeia. Ou seja, às portas da Rússia. E, do ponto de vista do presidente russo – e de grande parte da opinião pública daquele país – essa sempre foi uma situação difícil de aceitar.

Desde 1999 no poder, o presidente Vladimir Putin acaba de obter mais uma importante vitória política. Em referendo realizado para a aprovação de mudanças constitucionais, os russos votaram para concordar com a alteração das regras eleitorais. Dessa forma, Putin poderá se candidatar novamente nas duas próximas eleições. Caso seja vitorioso, o presidente, que já está no poder há 20 anos, permanecerá despachando do Kremlin até 2036, tornando-se o mais longevo líder russo em tempos modernos, ultrapassando o ditador Stálin e, em toda a história, ficando atrás apenas do Tzar Pedro, o Grande, que governou o império russo por 43 anos entre 1682 e 1725.

Às vésperas do referendo, no último dia 22 de junho, em plena pandemia da Covid-19, Putin determinou que fossem realizados os desfiles militares em comemoração aos 75 anos da vitória na 2ª Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, fez divulgar um artigo[2] de sua autoria, de 18 páginas, no qual celebra a atuação soviética na guerra, ao mesmo tempo em que defende a ordem geopolítica inaugurada no pós-guerra, especialmente o Conselho de Segurança da ONU e seus cinco membros permanentes, Rússia, China, Estados Unidos, França e Reino Unido, que possuem poder de veto. Putin atribui ao Conselho de Segurança e, muito especialmente, ao poder de veto que cada um desses cinco países possui naquele fórum, o fato de o mundo não ter enfrentado uma nova guerra mundial nos últimos 75 anos.

No mesmo documento, Putin reforçou sua intenção, expressa no início do ano, de promover uma reunião de cúpula com os líderes desses cinco países para “encontrar respostas para os modernos desafios e ameaças, demonstrando um comprometimento comum e espírito de aliança”. A ênfase no fórum formado pelos

5 membros permanentes do Conselho de Segurança em detrimento de outros grupos mais representativos, como por exemplo o G20, demonstra sem disfarces o esforço de Putin de manter seu país relevante geopoliticamente, como legítimo herdeiro da União Soviética, em um momento em que o crescimento da China mostra que a bipolaridade mundial teve o seu polo oriental transferido de Moscou para Beijing. Em resumo, Putin quer garantir um lugar de decisão e influência no palco das decisões globais.

Mas o esforço russo não é apenas retórico. Nos 20 anos em que está no poder, Putin adotou políticas no sentido de que a Rússia recuperasse a grandeza e prestígio geopolítico da antiga União Soviética e recuperasse sua esfera de influência sobre os países vizinhos, em especial no leste europeu, no centro da Ásia e, ainda, no Oriente Médio, além de trabalhar para reconstruir seu poderio militar.

Assim, o país ampliou suas aspirações globais, atuando militarmente na Chechênia, na Geórgia e no norte do Cáucaso. Putin interveio na Ucrânia, retomando a Criméia e controlando boa parte da região de Donbass. Além disso, a Rússia interfere decisivamente nas guerras civis da Síria e da Líbia, apoia financeira e militarmente o governo de Nicolás Maduro, envia mercenários do Wagner Group para atuar na República Centro Africana e atua no chamado “amplo espectro dos conflitos” por meio da internet, em ciberataques contra instituições privadas e públicas em vários países estrangeiros, além de desencadear campanhas de propaganda e desinformação inflamando tensões sociais e tentando interferir em campanhas eleitorais estrangeiras, sendo as últimas eleições presidenciais norte-americanas o caso mais relevante.

No campo militar, a Rússia tem obtido avanços tecnológicos importantes em seu arsenal, como a nova classe de mísseis hipersônicos, novos drones submarinos, além de um novo carro de combate principal.

A “ordem global”, anárquica por natureza, apresenta vários sinais de estar em crise. A absoluta ausência de uma resposta internacionalmente coordenada para a crise da Covid-19 é apenas o sinal mais recente e nítido. O sistema internacional se apresenta menos colaborativo e mais frágil. As instâncias internacionais de coordenação e resolução de controvérsias demonstram baixos níveis de representatividade ou credibilidade. É nesse ambiente que o Presidente Putin encontra espaço para projetar sua atuação, uma vez que, para ele, as relações internacionais são encaradas como um jogo de soma-zero, nos quais os interesses russos são considerados sempre em primeiro lugar.

O primeiro ministro inglês Winston Churchill afirmou, em 1946: “Estou convencido de que não há nada que [os russos] admirem tanto quanto a força, e que não há nada por que tenham menor respeito do que a fraqueza, especialmente a fraqueza militar”. Talvez esse espírito explique a longevidade de Vladimir Putin no poder.

[Conheça o curso Guerra na Ucrânia](#)



Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique [aqui](#) e saiba como!

[1] aliança militar liderada pela URSS nos tempos de Guerra Fria

[2] [Artigo](#)

O CONFLITO ENTRE A CHINA E A INDIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de outubro de 2020

China e Índia disputam uma extensa região fronteiriça nas alturas do Himalaia desde a década de 1950. Já foram à guerra em razão disso. E agora, um conflito de fronteira volta a causar dezenas de mortos, elevando as tensões entre os dois gigantes asiáticos, ambos detentores de armamento nuclear.

A história do conflito remonta aos acontecimentos decorrentes do término da 2ª Guerra Mundial, quando a Índia conquistava a sua independência do Reino Unido, em 1947. No mesmo período histórico, apenas 2 anos depois, na China, a Revolução Comunista obtinha sua vitória. Em seguida, de forma quase simultânea, a Índia travava a sua primeira guerra contra o Paquistão, pela posse da Caxemira, enquanto a China anexaria o Tibete. Para a China, as alturas do Tibete eram importantes do ponto de vista estratégico, justamente para impedir que a Índia se expandisse em direção ao planalto tibetano, obstáculo natural que sempre protegeu a civilização chinesa.

Assim, chineses e indianos, herdeiros de civilizações que por milhares de anos praticamente se ignoraram, em razão da gigantesca barreira natural que os separava, o Himalaia, passaram a dividir cerca de 3,5 mil Km de fronteiras.



Em 1959, um levante no Tibete foi esmagado pelos chineses e o Dalai Lama, líder tibetano, se exilou na Índia. Este fato foi causa do primeiro atrito entre os dois países que, apenas 3 anos depois, em 1962, travaram uma guerra pela posse de regiões fronteiriças. A China venceu e passou a controlar a área de Aksai Chin, um corredor estratégico que liga o Tibete ao ocidente chinês. A Índia nunca aceitou esse fato, reclamando essa e outras regiões atualmente sob a soberania chinesa. Entretanto, ao término da guerra, estabeleceu-se uma linha de controle na área contestada (Line Of Actual Control – LAC), que se tornou, na prática, a fronteira entre os dois países.

Ao longo dos anos, diversos incidentes aconteceram em vários pontos da LAC, até que, a partir de maio deste ano, novos enfrentamentos ocorreram, e a China fez um movimento mais

assertivo, deslocando cerca de 3,5 mil soldados para a região. A Índia também cerrou mais meios militares para a fronteira.

O ápice da crise atual ocorreu no último dia 15, quando um confronto resultou na morte de 20 militares indianos, dentre eles o Coronel Santosh Babu. A China não divulgou suas baixas, mas estima-se que também sejam contadas às dezenas. Um aspecto a ser destacado é que os soldados de ambos os exércitos são orientados, em suas regras de engajamento, a evitar o emprego de armas de fogo, justamente para que um eventual confronto não saia do controle nem escale até provocar uma guerra. Por incrível que pareça, o entreveio entre militares de duas potências nucleares do século 21 foi travado utilizando-se de barras de ferro e pedras como armas.



O confronto se deu na região do Ponto 14, um local que ambos os países consideram estar do seu lado da LAC. Entretanto, desde 1978 a Índia estabeleceu o local como um ponto de patrulhamento, em razão de ser uma posição taticamente vantajosa, numa cordilheira com vista para o vale do Rio Galwan, no Ladakh oriental, que possibilita o controle de uma estrada que está sendo construída pela Índia, por onde ela considera ser seu território. De acordo com a versão dos indianos, os chineses estavam construindo um posto de observação na região do mesmo Ponto 14 quando a tropa

comandada pelo Coronel Babu se deslocou para lá e exigiu que os chineses se retirassem. A discussão resultou em briga corporal, com a morte do coronel e de dezenas de soldados de ambos os exércitos.

A Índia acusa a China de tentar redefinir a LAC, ganhando ainda mais territórios, especialmente em pontos da cordilheira que ofereçam vantagens táticas importantes, como é o caso do ponto 14. Isso porque a China estaria especialmente descontente com as recentes obras de infraestrutura que a Índia vem construindo na região, que na visão chinesa constituem uma ameaça, especialmente em razão do separatismo tibetano.

O incidente foi grave. Foi a primeira vez que ocorreram mortes na fronteira em mais de 4 décadas. A opinião pública e a imprensa, na Índia, reforçam que é impensável que o país ceda qualquer centímetro a mais de território. O primeiro ministro Narendra Modi fez um pronunciamento à nação no qual declarou que o sacrifício dos soldados indianos não seria em vão e que o país deseja a paz, mas daria uma resposta adequada caso fosse provocado. Pelo lado chinês, o jornal estatal Global Times, conhecido por expressar as opiniões do governo, escreveu, em editorial, que os indianos deveriam “acordar de sua fantasia geopolítica” e encarar as disputas fronteiriças de “forma pragmática”.



A China, que já acumulava focos de tensão em Taiwan, no Mar do Sul da China e em Hong Kong, soma a fronteira com a Índia à essa relação. Equilibrar tantas crises e manejá-las de modo a impedir escaladas que resultem em conflitos de maior intensidade é um enorme desafio para seus estrategistas.



Charge de KAL – The Economist

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores clique aqui e saiba como!